

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.594.845 - GO (2019/0295507-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA - PA011307A
BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA - PA008770
AGRAVANTE : REALTELECOM SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA
ADVOGADO : WESLEY MIRANDA DO CANTO - GO027781
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TELEFONICA BRASIL S.A. contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Goiás assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO. NATUREZA JURÍDICA DO PACTO. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. INCIDÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 4.886/1965. INAPLICABILIDADE. PARCERIA COMERCIAL ESTRANHA À REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. CONTRATO ATÍPICO. ÔNUS DA PROVA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.

1. Conforme dispõe o artigo 1º da Lei federal nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, exerce representação comercial autônoma a pessoa jurídica ou física que, sem relação de emprego, desempenha, em caráter não eventual e por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios.

2. Desse modo, a natureza da atividade desenvolvida no âmbito da representação comercial tem, em sua essência, a mera intermediação da realização de negócios jurídicos entre a empresa representada e o potencial cliente, encerrando, dessa forma, operações isoladas e individualizadas.

3. No caso dos autos, verifica-se que a atividade exercida pela empresa autora/apelante não encerra mero agenciamento de pedidos ou promoção da relação comercial entre o cliente potencial e a empresa representada, uma vez que os serviços prestados iam muito além, já que, acrescida à intermediação, praticava atividades de pós-venda, atípicas de um contrato de representação, tais como a manutenção e atendimento de uma carteira de clientes, a execução de serviços técnicos, oferecimento de assistência, resposta a consultas e reclamações, dentre outros.

4. Assim sendo, atentando-se para as peculiaridades do contrato firmado entre as partes litigantes, há de se reconhecer que o pacto firmado possui natureza atípica, sem definição específica, o que afasta a incidência da Lei federal nº 4.886, de 09 de dezembro de 1965, que é aplicável especificamente aos contratos típicos de representação comercial autônoma.

5. À medida do grau de interesse das partes em comprovar seus fundamentos fáticos, o Código de Processo Civil dividiu o ônus probatório: toca ao autor o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito; ao réu, os fatos impeditivos, modificativos e extintivos.

6. Uma vez comprovado que as deduções efetivadas pela empresa ré/apelada nas comissões devidas à autora/apelante possuíam previsão contratual e que não se tratavam de descontos realizados em razão da inadimplência dos consumidores da telefônica demandada, não merece prosperar o pleito quanto ao ressarcimento das deduções efetuadas durante a vigência do contrato.

7. Verifica-se dos autos que a classificação das empresas prestadoras de serviço para a telefônica ré/apelada dependia do atendimento de metas e indicadores estabelecidos pela contratante. Assim, uma vez não comprovado pela autora/apelante que houve, efetivamente, o atendimento de todos os requisitos exigidos contratualmente, não faz jus ao recebimento das diferenças remuneratórias que defende serem devidas em razão da sua alegada subclassificação.

8. Comprovado que a empresa recorrida não pagou as indenizações previstas contratualmente pela transferência de parte da carteira de clientes atendidos pela autora/apelada, tanto durante a execução do contrato, como no momento da sua rescisão, há de se reconhecer o direito da recorrente de ser ressarcida, devendo o valor devido ser apurado em sede de liquidação da sentença, em conformidade com os critérios estabelecidos no contrato entabulado entre as partes.

9. O ressarcimento pelos investimentos estruturais realizados pela empresa autora/apelante em sua sede, para fins de cumprir com suas obrigações contratuais, não podem ser impostos à empresa contratante, haja vista tratarem-se de despesas necessárias ao próprio desenvolvimento da atividade empresarial exercida pela demandante, além do fato de o contrato ter tido vigência por período suficiente para a amortização dos investimentos realizados.

10. A pessoa jurídica somente fará jus a ser indenizada pelos danos morais suportados quando comprovado que, em decorrência de conduta adotada pela parte adversa, houve violação a sua honra objetiva, consubstanciada na mácula da imagem, admiração, respeito ou credibilidade no meio social, o que não ocorreu no caso vertente.

11. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA" (fls. 1.533/1.534 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.553/1.555 e 1.560/1.570 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 1574/1583 e-STJ), a recorrente aponta negativa dos seguintes dispositivos e sua respectivas teses:

(i) arts. 489, § 1º, IV, e 1022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração, e

(ii) art. 27, "j" e 34 da Lei nº 4.886/1965 - quando há o afastamento da Lei de

Representação, no que concerne as indenizações previstas nesses dispositivos, não pode ser condenada a pagar indenização não prevista no contrato.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem (fls. 1.682/1683 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

A irresignação não merece prosperar.

Registra-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pelos recorrentes, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARGUMENTOS DO RECURSO ESPECIAL CUJA ANÁLISE DEPENDE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não há ofensa aos arts. 165, 458, 515 e 535 do CPC se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente sobre as questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em qualquer vício capaz de maculá-lo.

2. Com base nos elementos circunstanciais da demanda, a corte local entendeu que os devedores não têm direito ao alongamento da dívida em decorrência de ação dolosa, o que, para ser desconstituído, impõe

reexame de matéria fático-probatória da lide, vedado nesta sede (Súmula 7 do STJ). Precedente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no Ag 930.113/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 6/10/2011, DJe 13/10/2011).

Quanto ao mais, constata-se que todas as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda.

É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho de sua fundamentação:

"(...)

Inicialmente, cumpre salientar que, conforme assentado em linhas volvidas, não há que se falar em incidência da Lei federal nº 4.886, de 09 dezembro de 1965, no caso dos autos, haja vista que o pacto entabulado pelas partes não possui natureza jurídica de representação comercial.

Noutra senda, verifica-se que o Anexo I do contrato firmado entre as empresas litigantes previa expressamente os critérios que seriam utilizados para a remuneração da contratada, ora autora/apelante

(...)

4. Da indenização pela carteira de clientes.

Afirma a empresa autora/recorrente que o pacto entabulado entre as partes previa expressamente a indenização pela carteira de clientes quando houvesse a transferência de parte da clientela para outra empresa parceira, a critério e interesse da TELEFÔNICA BRASIL S/A.

(...)

Pois bem.

Analizando a Cláusula 7.1.7 do instrumento contratual sub examine, verifica-se que havia a previsão contratual de pagamento pela transferência de atendimento (carteira de cliente), cuja forma de remuneração era regulamentada pelo Item 2.14 do Anexo I do contrato.

Logo, conclui-se que a avença previa a indenização da empresa prestadora de serviço, caso houvesse a transferência de parte de sua carteira de clientes para o atendimento direto da TELEFÔNICA BRASIL S/A ou por outra parceira contratada.

Analizando as notas fiscais colacionas ao feito, verifica-se que em alguns meses houve a redução do número de acessos ativos integrantes da carteira de clientes que pertencia à REALTELECOM SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., sem, contudo, haver prova do pagamento da remuneração devida por essa retirada.

Apenas a título de exemplo, cito a Nota Fiscal nº 38, emitida em 21/06/2012, em que consta uma carteira com 15.058 (quinze mil e cinquenta e oito) clientes, e, na Nota Fiscal nº 41, emitida em 23/07/2012, constar 14.846 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e seis) clientes (evento nº 03, volume nº 02, p. 16 e 19).

Do mesmo modo, emitida em 20/09/2012, consta uma

carteira de 16.901 (dezesseis mil, novecentos e um) clientes, e, no mês seguinte, a Nota Fiscal nº 46, emitida em 22/10/2012, apresenta um número menor, de 16.577 (dezesseis mil, quinhentos e setenta e sete) clientes (evento nº 03, volume nº 02, p. 23/24).

Logo, é evidente que, durante a execução do contrato, ocorreram subtrações do número de acessos ativos que integravam a carteira de clientes da autora/apelante, sem que houvesse uma justificativa plausível para tanto.

Outrossim, conforme mencionado, não ficou comprovado nos autos que, nesses casos, houve a remuneração devida, consoante previsto na Cláusula 7.1.7 e Item 2.14 do Anexo I do contrato firmado entre as partes.

Noutra senda, embora tenha sido oportunizado à empresa ré/apelada o esclarecimento desses pontos, esta limitou-se a dizer que a recorrente não logrou êxito em comprovar a redução da carteira de clientes, o que, conforme demonstrado, não é verdade.

Dando sequência, extrai-se da exordial que o contrato firmado entre as partes foi rescindido unilateralmente pela ré/apelada em 1º de junho de 2014

A última nota fiscal emitida pela autora/recorrente, em que consta o número de acessos ativos em sua carteira de clientes, data de 15 de maio de 2014, com o montante de 15.480 (quinze mil, quatrocentos e oitenta) acessos.

Não há prova nos autos de que, quando do rompimento do pacto, houve a indenização devida pela transferência do atendimento dessa clientela para a própria demandada ou outra empresa parceira que executava serviços correlatos.

Logo, uma vez que restou devidamente comprovado o número de acessos ativos na carteira de clientes da REALTELECOM SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. no momento da rescisão contratual, tenho que o pleito indenizatório quanto a esse ponto merece acolhida, pois encontra amparo na Cláusula 7.1.7 e Item 2.14 do Anexo I do contrato firmado entre as partes.

Uma vez reconhecido que a REALTELECOM SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. faz jus às indenizações vindicadas, em decorrência da transferência de sua carteira de clientes, entendo que a importância devida deverá ser apurada em sede de liquidação do julgado" (fls. 1519/1532 e-STJ- grifou-se).

Consoante se pode verificar, o tribunal de origem alcançou sua conclusão por meio da análise do contexto fático-probatório, sendo vedada a modificação do entendimento adotado no acórdão recorrido, em virtude da incidência dos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Deixa-se de fixar os honorários recursais, tendo em vista que a ora recorrente não restou condenada aos ônus sucumbenciais.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator